



# BOLETIM myLEX #11

## Exposição a campos eletromagnéticos.

A 7 de agosto de 2017 foi publicado a Lei n.º 64/2017 (retificada pela Declaração de Retificação n.º 27/2017, de 7 de agosto), que estabelece as prescrições mínimas em matéria de proteção dos trabalhadores contra os riscos para a segurança e a saúde a que estão ou possam vir a estar sujeitos devido à exposição a campos eletromagnéticos durante o trabalho e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 2013/35/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013.

Os locais de trabalho que contem ou estão na proximidade de equipamento que funciona com corrente elevada ou alta tensão podem possuir zonas de fortes campos eletromagnéticos. Este também pode ser o caso de equipamento concebido para transmitir deliberadamente radiação eletromagnética em alta potência. Estes campos fortes podem ultrapassar os níveis de ação (NA) ou os valores limites de exposição (VLE) contidos na Diretiva CEM ou podem apresentar riscos inaceitáveis através de efeitos indiretos. Aplica-se a todos os efeitos biofísicos diretos e a todos os efeitos indiretos conhecidos causados por campos eletromagnéticos. Os VLE estabelecidos referem-se unicamente aos efeitos biofísicos diretos a curto prazo para os quais foi cientificamente comprovada uma ligação à exposição a campos eletromagnéticos. A fim de ajudar os empregadores a proceder a uma avaliação inicial do seu local de trabalho, foi preparado um guia prático para ajudar os empregadores, em particular as pequenas e médias empresas, a compreender o que precisam de fazer para cumprir a Diretiva 2013/35/EU, denominado por “Guia Guia não vinculativo de boas práticas para a aplicação da Diretiva 2013/35/EU “Campos eletromagnéticos”, onde estão disponíveis dois volumes do mesmo guia, nomeadamente, o “Volume 1: Guia prático” e “Volume 2: Estudos de casos”. O primeiro guia apresenta situações de requer avaliações para os trabalhadores com implantes ativos, para outros trabalhadores particularmente expostos, e para todos os trabalhadores, podendo ajudar a maioria dos empregadores a estabelecer se existem riscos relacionados com o campo eletromagnético nos respetivos locais de trabalho. O segundo guia apresenta doze estudos de caso que mostram aos empregadores como abordar as avaliações e

ilustram algumas das medidas de prevenção e de proteção que podem ser selecionadas e aplicadas. Os estudos de caso são apresentados no contexto de locais de trabalho genéricos, mas foram compilados a partir de situações de trabalho reais. Esta lei é aplicável em todas as atividades dos setores privado, cooperativo e social, da Administração Pública central, regional e local, dos institutos públicos e das demais pessoas coletivas de direito público, ainda que exercidas por trabalhadores por conta própria.

## Aparelhos e sistemas de proteção destinados a ser utilizados em atmosferas potencialmente explosivas.

O Decreto-Lei n.º 111-C/2017, de 31 de agosto, estabelece as regras de segurança a que devem obedecer os aparelhos e sistemas de proteção destinados a ser utilizados em atmosferas potencialmente explosivas, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2014/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014. Este diploma aplica-se a aparelhos e sistemas de proteção destinados a serem utilizados em atmosferas potencialmente explosivas, componentes destinados a ser incorporados nestes mesmo aparelhos e nos sistemas de proteção e Dispositivos de segurança, de controlo e de regulação destinados a serem utilizados fora de atmosferas potencialmente explosivas, mas que sejam necessários ou que contribuam para o funcionamento seguro dos aparelhos e sistemas de proteção no que se refere aos riscos de explosão.

Com a publicação deste diploma, os produtos só podem ser disponibilizados no mercado e colocados em serviço quando convenientemente instalados, conservados e utilizados de acordo com o fim a que se destinam e que satisfaçam os requisitos deste diploma. Os produtos não conformes com os requisitos do presente diploma podem ser apresentados em feiras, exposições e demonstrações, desde que um letreiro visível indique claramente que esses produtos não cumprem os requisitos nele estabelecido e que não são disponibilizados no mercado nem colocados em serviço antes de estarem em conformidade.



## NORMAS DA QUALIDADE

**NP EN 12098-3:2017**- Energy Performance of Buildings; Controls for heating systems; Part 3: Control equipment for electrical heating systems - Modules M3-5,6,7,8.

**NP EN 12098-5:2017**- Energy Performance of Buildings; Controls for heating systems; Part 5: Start-stop schedulers for heating systems - Modules M3-5,6,7,8.

**NP EN 15232-1:2017**- Energy Performance of Buildings; Energy performance of buildings; Part 1: Impact of Building Automation, Controls and Building Management - Modules M10-4,5,6,7,8,9,10.

**EN 15316-4-1:2017**- Desempenho energético de edifícios; Método de cálculo dos requisitos energéticos do sistema e rendimentos do sistema; Parte 4-1: Sistemas de geração de aquecimento ambiente e água quente doméstica, sistemas de combustão (caldeiras, biomassa), Módulo M3-8-1, Módulo M8-8-1.

**EN 15316-4-5:2017**- Sistemas de aquecimento e sistemas de arrefecimento por água em edifícios; Métodos de cálculo dos requisitos energéticos do sistema e dos rendimentos do sistema; Parte 4-5: Aquecimento e arrefecimento distritais.

**EN 15316-4-10:2017**- Desempenho energético de edifícios; Método de cálculo dos requisitos energéticos do sistema e rendimentos do sistema; Parte 4-1: Sistemas de geração de aquecimento ambiente e água quente doméstica, sistemas de combustão (caldeiras, biomassa), Módulo M3-8-1, Módulo M8-8-1.

**EN 15316-5:2017**- Sistemas de aquecimento e sistemas de arrefecimento por água em edifícios; Métodos de cálculo dos requisitos energéticos do sistema e dos rendimentos do sistema; Parte 5: Sistemas de aquecimento ambiente e de armazenagem de água quente doméstica (não arrefecimento).

**EN 15459-1:2017**- Desempenho energético de edifícios; Sistemas de aquecimento e sistemas de arrefecimento por água em edifícios; Parte 1: Procedimento de avaliação económica para sistemas de energia em edifícios, Módulo M1-14.

**CEN/TR 16798-4:2017**- Desempenho energético de edifícios; Parte 4: Ventilação em edifícios não-residenciais – Requisitos de desempenho para ventilação, ar condicionado e sistemas de condicionamento ambiente – Relatório técnico – Interpretação dos requisitos da EN 16798-3.

**EN 16798-5-1:2017**- Desempenho energético de edifícios; Módulos M5-6, M5-8, M6-5, M6-8, M7-5, M7-8 - Ventilação de edifícios – Métodos de cálculo dos requisitos energéticos dos sistemas de ventilação e ar condicionado; Parte 5-1: Produção térmica e distribuição (revisão da EN 15241) – Método 1.

**EN 16798-17:2017**- Desempenho energético de edifícios; Parte 17: Ventilação de edifícios - Módulo M4-11, M5-11, M6-11, M7-11; Linhas de orientação para a inspeção de sistemas de ventilação e ar condicionado.

**NP ISO 19892:2017**- Sistemas de tubagens de plástico; Tubos e acessórios termoplásticos para água quente e fria; Método de ensaio para a resistência das uniões a ciclos de pressão.

**NP EN 50193-2-1:2017**- Aquecedores de água elétricos instantâneos; Parte 2-1: Métodos de medição do desempenho; Aquecedores de água elétricos instantâneos multifuncionais..

**NP EN 50440:2017**- Eficiência de termoacumuladores e métodos de ensaio associados.

**NP EN 60825-1:2017**- Segurança de equipamentos laser; Parte 1: Classificação de equipamentos e requisitos; (IEC 60825-1:2014).

**IEC 61000-3-3:2013/A1:2017**- Electromagnetic compatibility (EMC); Part 3-3: Limits; Limitation of voltage changes, voltage fluctuations and flicker in public low-voltage supply systems, for equipment with rated current <= 16 A per phase and not subject to conditional connection

**EN 61215-1-3:2017**- Módulos fotovoltaicos (PV) terrestre; Qualificação da conceção e aprovação; Parte 1-3: Requisitos especiais para ensaios de silício amorfo (a-Si) e silício microcristalino (micro c-Si) módulos fotovoltaicos (PV).

**EN 61215-1-4:2017**- Módulos fotovoltaicos (PV) terrestre; Qualificação da conceção e aprovação; Parte 1-4: Requisitos especiais para ensaios de cobre, índio e gálio (CIGS) e índio cobre seleneto (CIS) módulo fotovoltaicos (PV).

**EN 61724-1:2017**- Desempenho de sistemas fotovoltaicos; Parte 1: Monitorização.

**EN 62670-3:2017**- Fotovoltaicos concentradores (CPV); Ensaio de desempenho; Parte 3: Medições de desempenho e classificação de potência.

**EN 62788-1-6:2017**- Procedimentos de medição para os materiais utilizados em módulos fotovoltaicos; Parte 1-6: Encapsulantes; Métodos de ensaio para a determinação do grau de tratamento do encapsulamento de Etileno-Acetato de Vinilo para módulos fotovoltaicos.



## LISTA DE LEGISLAÇÃO PUBLICADA

### / SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

**Lei 55/2017, de 17 de julho.** Alarga o âmbito da ação especial de reconhecimento da existência de contrato de trabalho e reforça o combate à ocultação de relações de trabalho subordinado, alterando, em consequência o Regime Processual Aplicável às Contraordenações Laborais e de Segurança Social e o Código de Processo do Trabalho.

**Lei 63/2017, de 3 de agosto.** Abrange no conceito de fumar os novos produtos do tabaco sem combustão que produzam aerossóis, vapores, gases ou partículas inaláveis e reforça as medidas a aplicar a estes novos produtos em matéria de exposição ao fumo ambiental, publicidade e promoção, procedendo à segunda alteração à Lei 37/2007, de 14 de agosto.

**Lei 64/2017, de 7 de agosto.** Estabelece as prescrições mínimas em matéria de proteção dos trabalhadores contra os riscos para a segurança e a saúde a que estão ou possam vir a estar sujeitos devido à exposição a campos eletromagnéticos durante o trabalho e transpõe a Diretiva 2013/35/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013.

**Decreto-Lei 96/2017, de 10 de agosto.** Estabelece o regime das instalações elétricas particulares.

**Decreto-Lei 97/2017, de 10 de agosto.** Estabelece o regime das instalações de gases combustíveis em edifícios.

**Lei 70/2017, de 14 de agosto.** Quinta alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei 35/2014, de 20 de junho, excluindo a Polícia Judiciária e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras do respetivo âmbito de aplicação.

**Lei 73/2017, de 16 de agosto.** Reforça o quadro legislativo para a prevenção da prática de assédio, procedendo à décima segunda alteração ao Código do Trabalho, aprovado em anexo à Lei 7/2009, de 12 de fevereiro, à sexta alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei 35/2014, de 20 de junho e à quinta alteração ao Código de Processo do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei 480/99, de 9 de novembro.

**Decreto do Presidente da República 78/2017, de 24 de agosto.** Ratifica a Convenção 187 da Organização

Internacional do Trabalho (OIT), sobre o Quadro Promocional para a Segurança e a Saúde no Trabalho, adotada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, na sua 95.ª Sessão, realizada em Genebra, em 15 de junho de 2006.

**Resolução da Assembleia da Republica 215/2017, de 24 de agosto.** Aprova a Convenção 187 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre o Quadro Promocional para a Segurança e a Saúde no Trabalho, adotada pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho, na sua 95ª Sessão, realizada em Genebra, a 15 de junho de 2006.

**Decreto-Lei 111-C/2017, de 24 de agosto.** Estabelece as regras de segurança a que devem obedecer os aparelhos e sistemas de proteção destinados a ser utilizados em atmosferas potencialmente explosivas, transpondo a Diretiva 2014/34/EU.

**Decreto-Lei 111-D/2017, de 31 de agosto.** Estabelece as regras aplicáveis à disponibilização no mercado de equipamentos sob pressão, transpondo a Diretiva 2014/68/EU.

**Decreto-Lei 106/2017, de 4 de setembro.** Regula a recolha, publicação e divulgação da informação estatística sobre acidentes de trabalho.

**Resolução do Conselho de Ministros 122/2017, de 7 de setembro.** Aprova o Programa Nacional de Gestão do Combustível Irrradiado e dos Resíduos Radioativos para 2015-2019.

**Declaração de Retificação 25/2017, de 22 de setembro.** Retifica o Decreto-Lei 106/2017, de 29 de agosto, do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, que regula a recolha, publicação e divulgação da informação estatística sobre acidentes de trabalho.

**Declaração de Retificação 26/2017, de 27 de setembro.** Declaração de retificação à Lei 64/2017, de 7 de agosto, que estabelece as prescrições mínimas em matéria de proteção dos trabalhadores contra os riscos para a segurança e a saúde a que estão ou possam vir a estar sujeitos devido à exposição a campos eletromagnéticos durante o trabalho e transpõe a Diretiva 2013/35/EU de 26 de junho de 2013.



## LISTA DE LEGISLAÇÃO PUBLICADA

### / AMBIENTE

**Retificação do Regulamento (UE) 2017/1154, de 7 de junho.** Altera o Regulamento (UE) 2017/1151 que completa o Regulamento (CE) 715/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à homologação dos veículos a motor no que respeita às emissões dos veículos ligeiros de passageiros e comerciais (Euro 5 e Euro 6) e ao acesso à informação relativa à reparação e manutenção de veículos, que altera a Diretiva 2007/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, o Regulamento (CE) 692/2008 da Comissão e o Regulamento (UE) 1230/2012 da Comissão, e que revoga o Regulamento (CE) 692/2008 e a Diretiva 2007/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito às emissões em condições reais de condução dos veículos ligeiros de passageiros e comerciais.

**Regulamento (UE) 2017/1261 da Comissão, de 12 de julho.** Altera o Regulamento (UE) 142/2011 no que diz respeito a um método alternativo para o processamento de certas gorduras animais fundidas.

**Regulamento (UE) 2017/1262 da Comissão, de 12 de julho.** Altera o Regulamento (UE) 142/2011 no que respeita à utilização de chorume de animais de criação como combustível em instalações de combustão.

**Regulamento (UE) 2017/1347 da Comissão, de 13 de julho.** Retifica a Diretiva 2007/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, o Regulamento (UE) 582/2011 da Comissão e o Regulamento (UE) 2017/1151 que complementa o Regulamento (CE) 715/2007 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à homologação dos veículos a motor no que respeita às emissões dos veículos ligeiros de passageiros e comerciais (Euro 5 e Euro 6) e ao acesso à informação relativa à reparação e manutenção de veículos, que altera a Diretiva 2007/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, o Regulamento (CE) 692/2008 da Comissão e o Regulamento (UE) 1230/2012 da Comissão, e que revoga o Regulamento (CE) 692/2008.

**Decisão (UE) 2017/1541 do Conselho, de 17 de julho.** Relativa à celebração, em nome da União Europeia, da alteração de Quigali do Protocolo de Montreal sobre as Substâncias que Deterioram a Camada de Ozono.

**Decisão (UE) 2017/1757 do Conselho, de 17 de julho.** Relativa à aceitação, em nome da União Europeia, de uma Alteração do Protocolo de 1999 da Convenção de 1979 sobre a Poluição Atmosférica Transfronteiras a Longa Distância, relativo à redução da acidificação, da eutrofização e do ozono troposférico.

**Decreto-Lei 83/2017, de 18 de julho.** Regula a recolha de resíduos de carga e gerados em navios, transpondo a Diretiva (UE) 2015/2087.

**Regulamento de Execução (UE) 2017/1375 da Comissão, de 25 de julho.** Altera o Regulamento de Execução (UE) 1191/2014 que estabelece o modelo e os meios para a apresentação do relatório referido no artigo 19.º do Regulamento (UE) 517/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo aos gases fluorados com efeito de estufa.

**Decisão (UE) 2017/1392 da Comissão, de 25 de julho.** Altera a Decisão 2014/350/UE que estabelece os critérios ecológicos para a atribuição do rótulo ecológico da UE aos produtos têxteis.

**Decisão de Execução (UE) 2017/1442 da Comissão, de 31 de julho.** Estabelece conclusões sobre as melhores técnicas disponíveis (MTD) para as grandes instalações de combustão, nos termos da Diretiva 2010/75/UE do Parlamento Europeu e do Conselho.

**Portaria 245/2017, de 2 de agosto.** Estabelece os critérios para a atribuição do Fim do Estatuto de Resíduo (FER) ao plástico recuperado.

**Regulamento (UE) 2017/1432 da Comissão, de 7 de agosto.** Altera o Regulamento (CE) 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado, no que diz respeito aos critérios para a aprovação de substâncias ativas de baixo risco.

**Despacho 6907/2017, de 9 de agosto.** Concede à Amb3E, Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos, a licença para a gestão de um sistema de resíduos de embalagens.

**Lei 74/2017, de 16 de agosto.** Primeira alteração à lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo.

**Lei 79/2017, de 18 de agosto.** Protege o património azul, procedendo à décima terceira alteração ao Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei 555/99, de 16 de dezembro.

**Lei 84/2017, de 18 de agosto.** Incremento das obrigações de planeamento e programação de medidas de intervenção em situações de emergência radiológica ou de acidentes nucleares (primeira alteração aos Decretos-Leis 36/95, de 14 de fevereiro, e 174/2002, de 25 de julho).



## LISTA DE LEGISLAÇÃO PUBLICADA

**Regulamento de Execução (UE) 2017/1491 da Comissão, de 21 de agosto.** Renova a aprovação da substância ativa 2,4-DB, em conformidade com o Regulamento (CE) 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado, e que altera o anexo do Regulamento de Execução (UE) 540/2011 da Comissão.

**Portaria 258/2017, de 21 de agosto.** Aprova o Regulamento de Gestão do Fundo de Inovação, Tecnologia e Economia Circular.

**Portaria 260/2017, de 23 de agosto.** Quarta alteração do Regulamento Específico do Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, aprovado em anexo à Portaria 57-B/2015, de 27 de fevereiro.

**Decisão (UE) 2017/1508 da Comissão, de 28 de agosto.** Relativa ao documento de referência sobre melhores práticas de gestão ambiental, indicadores de desempenho ambiental setorial e indicadores de excelência para o setor do fabrico de produtos alimentares e bebidas, nos termos do Regulamento (CE) 1221/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à participação voluntária de organizações num sistema comunitário de ecogestão e auditoria (EMAS).

**Regulamento de Execução (UE) 2017/1506 da Comissão, de 28 de agosto.** Renova a aprovação da substância ativa hidrazida maleica, em conformidade com o Regulamento (CE) 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado, e que altera o anexo do Regulamento de Execução (UE) 540/2011 da Comissão.

**Regulamento (UE) 2017/1505 da Comissão, de 28 de agosto.** Altera os anexos I, II e III do Regulamento (CE) 1221/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à participação voluntária de organizações num sistema comunitário de ecogestão e auditoria (EMAS).

**Decisão (UE) 2017/1508 da Comissão, de 28 de agosto.** Relativa ao documento de referência sobre melhores práticas de gestão ambiental, indicadores de desempenho ambiental setorial e indicadores de excelência para o setor do fabrico de produtos alimentares e bebidas, nos termos do Regulamento (CE) 1221/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à participação voluntária de organizações num sistema comunitário de ecogestão e auditoria (EMAS).

**Regulamento (UE) 2017/1510 da Comissão, de 30 de agosto.** Altera os apêndices do anexo XVII do Regulamento (CE) 1907/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao registo, avaliação, autorização e restrição dos produtos químicos (REACH) no que respeita às substâncias CMR.

**Decreto-Lei 111-A/2017 de 31 de agosto.** Altera o transporte terrestre de mercadorias perigosas, e transpõe a Diretiva (UE) 2016/2309.

**Decisão de Execução (UE) 2017/1528 da Comissão, de 31 de agosto.** Substitui o anexo da Decisão de Execução 2013/115/UE relativa ao Manual SIRENE e outras medidas de execução para o Sistema de Informação de Schengen de segunda geração (SIS II).

**Portaria 263/2017, de 1 de setembro.** Estabelece o regime de taxas devidas pelos serviços prestados na área da fitossanidade e da proteção vegetal.

**Decisão (UE) 2017/1525 da Comissão, de 4 de setembro.** Altera a Decisão 2014/256/UE para prorrogar o período de validade dos critérios ecológicos para atribuição do rótulo ecológico da EU aos artigos de papel.

**Decreto-Lei 112/2017, de 6 de setembro.** Estabelece o regime jurídico do ordenamento e da gestão sustentável dos recursos aquícolas das águas interiores.

**Regulamento de Execução (UE) 2017/1526 da Comissão, de 6 de setembro.** Relativo à não aprovação da substância ativa beta-cipermetrina, em conformidade com o Regulamento (CE) 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado.

**Regulamento de Execução (UE) 2017/1527 da Comissão, de 6 de setembro.** Altera o Regulamento de Execução (UE) 540/2011 no que se refere à prorrogação dos períodos de aprovação das substâncias ativas ciflufenamida, fluopicolida, heptamaloxiloglucano e malatião.

**Regulamento de Execução (UE) 2017/1529 da Comissão, de 7 de setembro.** Aprova a substância de base cloreto de sódio em conformidade com o Regulamento (CE) 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado e que altera o anexo do Regulamento de Execução (UE) 540/2011 da Comissão.



## LISTA DE LEGISLAÇÃO PUBLICADA

**Regulamento de Execução (UE) 2017/1530 da Comissão, de 7 de setembro.** Altera o Regulamento de Execução (UE) 540/2011 no que se refere à prorrogação do período de aprovação da substância ativa quizalofop-P-tefurilo.

**Regulamento de Execução (UE) 2017/1531 da Comissão, de 7 de setembro.** Renova a aprovação da substância ativa imazamox como candidata a substituição, em conformidade com o Regulamento (CE) 1107/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à colocação dos produtos fitofarmacêuticos no mercado, e que altera o anexo do Regulamento de Execução (UE) 540/2011 da Comissão.

**Decisão de Execução (UE) 2017/1532 da Comissão, de 7 de setembro.** Relativa a perguntas respeitantes à avaliação comparativa de rodenticidas anticoagulantes, em conformidade com o artigo 23.º, n.º 5, do Regulamento (UE) 528/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho.

**Portaria 280/2017, de 19 de setembro.** Estabelece a forma de cálculo, o montante, as isenções, a forma de divisão e de entrega do produto de cobrança da Taxa Aquícola (TAQ), a pagar nos procedimentos previstos no Decreto-Lei 40/2017, de 4 de abril.

### / QUALIDADE

**Decreto-Lei 92/2017 de 31 de julho.** Reforça medidas de redução do custo de implantação de redes de comunicações eletrónicas de elevado débito, transpondo a Diretiva 2014/61/UE.

**Decreto-Lei 97/2017, de 10 de agosto.** Estabelece o regime das instalações de gases combustíveis em edifícios.

**Lei 74/2017, de 16 de agosto.** Primeira alteração à lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo.

**Decreto-Lei 102/2017, de 23 de agosto.** Simplifica e harmoniza as obrigações de informação ao consumidor que devem estar afixadas nos estabelecimentos comerciais de venda de bens e/ou prestação de serviços. Procede à alteração de diversos diplomas legais designadamente, do Regime da Responsabilidade Técnica pela Direção e Orientação das Atividades Desportivas, do

Regime Jurídico da Mediação Imobiliária, do Regime da Resolução Extrajudicial de Litígios de Consumo, do Regime de Disponibilização, Venda e Consumo de Álcool em Locais Públicos e Abertos ao Público e do Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração.

**Decreto-Lei 111-B/2017, de 31 de agosto.** Procede à nona alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro, e transpõe as Diretivas 2014/23/UE, 2014/24/UE e 2014/25/UE, todas do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014 e a Diretiva 2014/55/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014.

**Diretiva 13/2017, de 21 de setembro.** Publica a deliberação do Conselho de Administração da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, que aprova o Manual de Procedimentos do Acesso às Infraestruturas (MPAI) do Setor do Gás Natural.

**Decisão 2/2017, de 26 de setembro.** Decisão do Comité Misto instituído pelo Acordo sobre reconhecimento mútuo entre a Comunidade Europeia e o Canadá, de 12 de setembro de 2017, relativa à inclusão de organismos de avaliação da conformidade na lista do anexo setorial sobre equipamento terminal de telecomunicações, equipamento de tecnologias da informação e emissores de rádio.

**Declaração de Retificação 26-A/2017, de 28 de Setembro.** Retifica o Decreto-Lei 92/2017, de 31 de julho, do Planeamento e das Infraestruturas que reforça medidas de redução do custo de implantação de redes de comunicações eletrónicas de elevado débito, transpondo a Diretiva 2014/61/EU.

### / SEGURANÇA ALIMENTAR

#### VINHO REGIONAL ALANTEJANO

**Nota 10/2017, de 21 de agosto.** Procedimento a adotar pelos produtores de Vinho Regional Alentejano que pretendam incorporar até 15% de produto de fora da região, nos termos do ponto ii) da alínea b) do n.º 1 do artigo 93.º do Regulamento 1308/2017, de 17 de dezembro (OCM), durante a campanha de 2017/2018.



## LISTA DE LEGISLAÇÃO PUBLICADA

**Nota 11/2017, de 7 de setembro.** Procedimento a adotar pelos produtores de Vinho IG Alentejano que pretendam incorporar até 15% de produto de fora da região, nos termos do ponto ii) da alínea b) do n.º 1 do artigo 93.º do Regulamento 1308/2013, de 17 de dezembro (OCM), nos vinhos da vindima de 2017/2018.

### ADIÇÃO DE ADITIVOS AOS GÉNEROS ALIMENTÍCIOS

**Retificação do Regulamento (UE) 1131/2011, de 11 de julho.** Retificação do Regulamento (UE) 1131/2011, que altera o anexo II do Regulamento (CE) 1333/2008 no que se refere aos glicosídeos de esteviol.

**Retificação do Regulamento (UE) 1049/2012, de 11 de julho.** Retificação do Regulamento (UE) 1049/2012, que altera o anexo II do Regulamento (CE) 1333/2008 no que diz respeito à utilização de xarope de poliglicitol em várias categorias de géneros alimentícios.

**Regulamento (UE) 2017/1250, de 12 de julho.** Altera o anexo I do Regulamento (CE) 1334/2008 no que diz respeito à retirada da lista da União da substância aromatizante 4,5-epoxidec-2(trans)-enal.

**Regulamento (UE) 2017/1270, de 14 de julho.** Altera o anexo II do Regulamento (CE) 1333/2008 no que diz respeito à utilização de carbonato de potássio (E 501) em frutas e produtos hortícolas, descascados, cortados e ralados.

### SA-POLÍTICAS, ESTRATÉGIAS, CONTRA ORDENAÇÕES

**Resolução da Assembleia da República 157/2017, de 20 de julho.** Recomenda ao Governo que assegure o funcionamento de um conselho nacional para a segurança alimentar e nutricional.

### CONTROLOS OFICIAIS NA IMPORTAÇÃO

**Regulamento (UE) 2017/1389, de 26 de julho.** Altera o anexo VII do Regulamento (CE) 882/2004 no que diz respeito à designação do laboratório de referência da UE para os vírus de origem alimentar.

### PRODUÇÃO BIOLÓGICA

**Resolução do Conselho de Ministros 110/2017, de 27 de julho.** Aprova a Estratégia Nacional para a Agricultura Biológica e o Plano de Ação para a produção e promoção de produtos agrícolas e géneros alimentícios biológicos.

**Regulamento de Execução (UE) 2017/1473, de 14 de agosto.** Altera o Regulamento (CE) 1235/2008 que estabelece normas de execução do Regulamento (CE) 834/2007 no que respeita ao regime de importação de produtos biológicos de países terceiros.

### GENEROS ALIMENTÍCIOS DE ORIGEM ANIMAL

**Regulamento de Execução (UE) 2017/1558, de 14 de setembro.** Altera o Regulamento (UE) 37/2010, a fim de classificar a substância bromelaína no que respeita ao seu limite máximo de resíduos.

**Regulamento de Execução (UE) 2017/1559, de 14 de setembro.** Altera o Regulamento (UE) 37/2010, a fim de classificar a substância alarelin no que respeita aos limites máximos de resíduos.

### ALIMENTOS PARA LACTANTES E CRIANÇAS

**Retificação do Regulamento Delegado (UE) 2017/1522, de 12 de setembro.** Completa o Regulamento (UE) 609/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito aos requisitos específicos em matéria de composição e informação aplicáveis aos substitutos integrais da dieta para controlo do peso.

### ADITIVOS ALIMENTARES

**Regulamento (UE) 2017/1399, de 28 de julho.** Altera o anexo II do Regulamento (CE) 1333/2008 e o anexo do Regulamento (UE) 231/2012 no que diz respeito ao poliaspartato de potássio.

**Regulamento de Execução (UE) 2017/1490 da Comissão, de 21 de agosto.** Relativo à autorização de cloreto de manganês tetra-hidratado, óxido de manganês(II), sulfato de manganês mono-hidratado, quelato de manganês de aminoácidos, na forma hidratada, quelato de manganês de hidrolisados de proteína, quelato de manganês de glicina, na forma hidratada, e cloreto e tri-hidróxido de dimanganês como aditivos em alimentos para animais de todas as espécies.

**Regulamento de Execução (UE) 2017/1492 da Comissão, de 21 de agosto.** Relativo à autorização do colecalciferol como aditivo em alimentos para animais de todas as espécies.



## LISTA DE LEGISLAÇÃO PUBLICADA

### AZEITE

**Retificação do Regulamento Delegado (UE) 2016/2095, de 17 de agosto.** Retificação do Regulamento Delegado (UE) 2016/2095 que altera o Regulamento (CEE) 2568/91 relativo às características dos azeites e dos óleos de bagaço de azeitona, bem como aos métodos de análise relacionados.

### VITIVINICULTURA

**Despacho 7335/2017, de 21 de agosto, de 21 de agosto.** Autoriza para os produtos obtidos na campanha vitivinícola de 2017-2018, o aumento do título alcoométrico volúmico natural nos termos estabelecidos no diploma.

### CRITERIOS MICROBIOLÓGICOS

**Regulamento (UE) 2017/1495 da Comissão, de 23 de agosto.** Altera o Regulamento (CE) 2073/2005 no que diz respeito à *Campylobacter* em carcaças de frangos de carne.

### MÉTODOS MICROBIOLÓGICOS

**Decisão (UE) 2017/1583 da Comissão, de 1 de setembro.** Especifica, nos termos da Diretiva 2006/7/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, a norma EN ISO 17994:2014 como a norma sobre a equivalência de métodos microbiológicos.

### PRODUÇÃO DE MATERIAIS FRUTÍCOLAS

**Decreto-Lei 116/2017, de 11 de setembro.** Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei 42/2017, de 6 de abril, que estabelece o regime do Catálogo Nacional de Variedades de Espécies Agrícolas e de Espécies Hortícolas, e regula a produção, o controlo, a certificação e a comercialização de sementes de espécies agrícolas e de espécies hortícolas, com exceção das utilizadas para fins ornamentais, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva de Execução (UE) 2016/1914, da Comissão, de 31 de outubro de 2016 (que altera as Diretivas 2003/90/CE e 2003/91/CE, ambas da Comissão, de 6 de outubro de 2003, que estabeleceram as regras de execução do artigo 7.º da Diretiva 2002/53/CE do Conselho, e do artigo 7.º da Diretiva 2002/55/CE do Conselho, ambas de 13 de junho de 2002, respetivamente, no que diz respeito aos caracteres que, no mínimo, devem ser apreciados pelo exame e às condições mínimas para o exame de determinadas variedades de espécies de plantas agrícolas e de espécies hortícolas), bem como a Diretiva de Execução (UE) 2016/2109, da Comissão, de 1 de dezembro de 2016 (que altera a Diretiva 66/401/CEE, do Conselho, de 14 de junho, no que diz r

espeito à inclusão de novas espécies e à designação botânica da espécie *Lolium x boucheanum* Kunth).

### DECLARAÇÕES DE COLHEITA E PRODUÇÃO

**Nota 12/2017 – IVV, de 18 de setembro.** Declarações de Colheita e Produção são entregues por submissão eletrónica no Slvv, no período de 01 de outubro a 15 de novembro de 2017. Os produtores de uvas deverão ter, no seu Registo Vitícola, as parcelas de vinha exploradas.

### LIMITES MÁXIMOS DE RESÍDUOS

**Regulamento (UE) 2017/1777, de 29 de setembro.** Altera os anexos II, III e IV do Regulamento (CE) 396/2005 do Parlamento Europeu e do Conselho no que se refere aos limites máximos de resíduos de *Bacillus amyloliquefaciens* estirpe FZB24, *Bacillus amyloliquefaciens* estirpe MBI 600, carvão vegetal com bentonite, dicloroprope-P, etefão, etridiazol, flonicamida, fluazifope-P, peróxido de hidrogénio, metaldeído, penconazol, espinetorame, tau-fluvalinato e *Urtica* spp. no interior e à superfície de certos produtos.

### /OUTROS RELEVANTES

**Lei 94/2017, de 23 de agosto.** Altera o Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei 400/82, de 23 de setembro, o Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, aprovado pela Lei 115/2009, de 12 de outubro, a Lei 33/2010, de 2 de setembro, que regula a utilização de meios técnicos de controlo à distância (vigilância eletrónica), e a Lei da Organização do Sistema Judiciário, aprovada pela Lei 62/2013, de 26 de agosto.

**Decreto-Lei 100/2017, de 23 agosto.** Aprova alterações ao Regime das Entidades de Gestão Coletiva do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, ao Código dos Direitos de Autor e dos Direitos Conexos, bem como à tabela de compensação equitativa anexa à Lei 62/98, de 1 de setembro. Transpõe, para a ordem jurídica interna diretiva, comunitária relativa à gestão coletiva dos direitos de autor e direitos conexos e à concessão de licenças multi-territoriais de direitos sobre obras musicais para utilização em linha no mercado interno.

**Recomendação (UE) 2017/1584 da Comissão, de 13 de setembro.** Sobre a resposta coordenada a incidentes e crises de cibersegurança em grande escala.





## LISTA DE LEGISLAÇÃO PUBLICADA

Elaboramos este Boletim myLEX de forma a traduzir-se num instrumento útil de partilha de conhecimento. Tem outras ideias sobre requisitos legais que gostaria de ver debatidas no boletim myLEX? Teremos todo o gosto em analisar as suas sugestões.

**A sua opinião interessa-nos!**

**Contacte-nos!**

[eficiencia.organizacional@vlm.pt](mailto:eficiencia.organizacional@vlm.pt)

[www.vlm.pt](http://www.vlm.pt)